

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( PÔSTER )

NOME: JORGE LUIZ PRATA DE SOUSA

TÍTULO: HISTÓRIA e REGIÃO: uma opção a ser construída.

AUTORES: JORGE LUIZ PRATA DE SOUSA

PALAVRA CHAVE: História, história regional, patrimônio histórico, procedimento didático.

## RESUMO

Com a consagração da hegemonia do discurso liberal em um contexto socioeconômico da globalização certas práticas do conhecimento se viram questionadas em seus pressupostos básicos; a História foi uma delas. Francis Fukuyama em um artigo polêmico e posteriormente em livro, afirmou o fim da História. Para esse autor o ponto culminante da evolução das sociedades ocidentais estaria representado pela democracia liberal como modelo superior a qualquer outro sistema e ideologia existentes. Isto significaria, se seguirmos seus preceitos, que a História enquanto campo de investigação científica do social, também se apresentava como um campo já esgotado. A consequência dessa assertiva veio reafirmar uma tendência historiográfica de natureza subjetiva, deslocada da racionalidade ao mesmo tempo em que contribuiu para uma prática já instalada em nossas escolas; a prática estreita de se pensar e ensinar a disciplina História. A partir do fim da História caberia então, a nos professores, limitarmos a um exercício permanente de relembra, valorização da memória como artifício de aprendizagem escolar, banalizando os fatos sociais agora vistos como ocorrências dignas apenas de uma representação folclorizada, resultado de um exercício de linguagens e pouco próximo à contingência da existência humana. Ou seja, deveríamos optar por um exercício permanente de construção de uma História ficcional, ou seja, a História seria um depósito de imagens construídas desprovidas de realidade. E sobre Região, o que pensar sobre região quando se proclama o fim das fronteiras, espaço virtual, fim das particularidades. A região se pulverizaria no grande mar que tudo abraça: a globalização. Por precaução não devemos nos deixar levar por palavras apenas; a profusão delas não nos assegura a existência de ideias. Contra a esse tsunami ideológico proponho algumas reflexões a respeito do uso possível da história regional na elaboração de material didático pautado na preservação do acervo histórico com o intuito de resgatar uma tradição historiográfica própria dos tempos modernos, e na medida do possível, convidá-los à construção de uma História Regional calcada na preservação do patrimônio material e imaterial, sobretudo nos acervos provenientes do judiciário e do poder municipal. Os processos cíveis e criminais proveniente do poder judiciário são fontes riquíssimas para a compreensão da sociedade em seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Os testamentos e inventários, sobretudo, nos permitem aproximarmos da história da riqueza, e nela, perceber a participação dos agentes submetidos, quase sempre agentes sociais sem voz na historiografia corrente. Nos processos crimes ao analisarmos suas motivações pode-se delinear um quadro de cultura comportamental abrindo perspectivas para a história dos sentimentos e das sociabilidades. Já a documentação produzida pelo poder público; - as prefeituras e suas câmaras, perceber as disputas de poder e sua ação através de leis, normas e resoluções o cotidiano sociopolítico da municipalidade. Nesse sentido, em face de a necessidade de resgate de uma memória histórica necessária à construção de material didático na área de História proponho que a Educação das disciplinas humanas e das ciências sociais mantenha um diálogo intenso entre o resgate do patrimônio cultural de uma região e o preparo de material didático para uso em sala de aula. Esse procedimento, por si só, dará ao docente e alunos a tomada de consciência de serem, ambos, agentes sociais de suas memórias, de suas histórias. Esse procedimento abre uma brecha para o exercício de uma educação mais democrática, menos elitista e mais próxima à existência do cidadão.